

**PROGRAMA LER E ESCREVER / BOLSA ALFABETIZAÇÃO -
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: UM DIÁLOGO
ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E A CONTINUADA.**

GARCIA_MARISA¹

garciam@uol.com.br

O presente trabalho trata de um programa planejado, em que se estabelece a parceria entre a rede estadual de ensino de São Paulo e as Instituições de Ensino Superior (IES) do mesmo Estado, firmando o compromisso entre ambas, de alfabetizar todas as crianças que cursam o 2º ano do Ensino Fundamental. Além disso, contribuir de fato, para a formação de futuros professores – estudantes do curso de Pedagogia – na difícil tarefa de enfrentar a gestão da sala de aula. Nesse projeto, os alunos do curso de Pedagogia podem, efetivamente, vivenciar a integração da teoria com a prática, quando estudam os pressupostos teóricos do seu curso e vivenciam a realidade de uma sala de aula durante o ano letivo. Nessa tarefa desenvolvida pelo aluno aprendiz, ele conta com a orientação do professor de sua instituição de ensino superior (IES), e esse acompanha seu trabalho, sistematicamente, em horários extras, diferentes aos das aulas.

Nesse modelo em que a formação inicial acontece e a concepção de aprendizagem está presente no diálogo entre Secretaria da Educação e IES, por meio de discussão e estudos que enfatizam o conteúdo desenvolvido na sala de aula, bem como, as estratégias metodológicas de formação, surgem as possibilidades de elevar a qualidade da formação inicial dos estudantes do curso de Pedagogia e, da rede pública vir a ter bons professores. Nesse contexto, esses alunos aprendizes desenvolvem a investigação de natureza didática, cujo foco de observação é o ensino e a aprendizagem, além de desenvolverem um olhar diferenciado para a aprendizagem dos alunos. Entendem como observar, registrar e analisar a prática, de forma que a leitura e a escrita sejam instrumentos de formação permanentes e contribuam para a formação de alunos e professores leitores, bem como de escritores competentes.

¹ Doutora em Educação – PUC/SP, Supervisora Acadêmica do Programa Ler e Escrever / Bolsa Alfabetização SEE/SP, Professora do ISE Vera Cruz – Graduação e Pós-graduação.

Palavras-chaves: **formação, aprendizagem, ensino e investigação didática.**

O PROGRAMA BOLSA ALFABETIZAÇÃO E O DIÁLOGO ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E A CONTINUADA

Breve histórico do Programa

O Programa Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização foi instituído pelo DECRETO nº 51.627, de 1º de março de 2007, pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo / Brasil, e tem por objetivos:

- I - possibilitar o desenvolvimento de experiência e conhecimento necessários aos futuros profissionais de educação, com relação à natureza da função docente, no processo de alfabetização de alunos do 2º ano do Ciclo I do Ensino Fundamental, bem como de classes do mesmo ciclo, voltadas para a recuperação da aprendizagem;
- II - apoiar os professores de 2º ano do Ciclo I ou de classes do mesmo ciclo, voltadas para a recuperação da aprendizagem, na complexa ação pedagógica de garantir a obtenção das competências de leitura e de escrita a todos os alunos.

O programa foi criado, na época, para melhorar a qualidade do ensino público, tendo por objetivo a alfabetização de todos os alunos até os oito anos. Na época, foi criado, porque os alunos permaneciam na escola, porém aprendendo pouco. A maior dificuldade era na leitura e na escrita, conforme os dados do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo).

O SARESP é uma avaliação externa em larga escala da Educação Básica, aplicada desde 1996 pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, cuja finalidade é produzir informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre a situação das escolas públicas, e assim, orientar os gestores no monitoramento das políticas voltadas à qualidade da educação.

Em 2007, como se pode ver no quadro abaixo, ainda existiam 87,04% de alunos que escreviam alfabeticamente e liam com autonomia até os 08 anos, mas não produziam textos, isso significa que era necessário, ainda, um bom caminho pela frente, para alcançar os objetivos de alfabetizar todos os meninos, até os 08 anos de idade, tornando-os leitores e escritores competentes. A ideia era não colaborar com o abandono escolar e com o excessivo número de alunos que repete o ano. Isso, também, impedia que os

objetivos mínimos de aprendizagem fossem alcançados. Assim, em 2007, surge a figura do aluno pesquisador, que vai para a sala do 2º ano (antiga 1ª série) com o objetivo de poder contribuir na aprendizagem dos alunos.

A avaliação realizada pela Rede Estadual do Ensino de São Paulo - SARESP serve-se dos procedimentos metodológicos e científicos e, com eles, analisa e avalia os resultados da prova realizada com os alunos de 3º, 5º, 7º e 9º ano e 3º ano do Ensino Médio também matriculado na Rede Pública Estadual. Ele é instrumento de melhoria no processo de ensinar e aprender, no monitoramento das políticas públicas e no plano de meta das escolas, vinculados à gestão escolar e à política de incentivo da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Desde 2007, os resultados gerais de todos os anos envolvidos que realizam a prova de Língua Portuguesa e Matemática podem ser comparados à avaliação nacional, realizada pelo SAEB, pela Prova Brasil, e pelo próprio SARESP de anos anteriores. Isso permite identificar os níveis de aprendizagem de cada aluno, de cada série e habilidades avaliadas. Com isso, é possível acompanhar a evolução do processo educativo nas escolas.

Os alunos que não se alfabetizam até o 3º ano tendem a fracassar na escolaridade básica e isso acaba refletindo nas séries subsequentes. O quadro abaixo mostra a evolução da aprendizagem das crianças na rede estadual, sendo possível perceber que os índices de aprendizagem dos alunos no 3º ano vão aumentando, principalmente dos alunos que conquistam a base alfabética, após a implantação do Programa Ler e Escrever / Bolsa Alfabetização. O quadro evolutivo pode ser demonstrado pode ser abaixo:

Ano SARESP	Percentual de alunos que escrevem alfabeticamente e leem com autonomia aos 8 anos	Percentual de alunos que não alcançaram as expectativas de aprendizagem	Avanço em relação à avaliação anterior
2003	77,9%	22,1%	
2004	81,7%	18,4%	3,7%
2005	84,5%	15,5%	2,9%
2006
2007	87,4%	12,6%	2,9%
2008	90,2%	9,8%	2,8%
2009	92,6%	7,4%	2,4%
2010	91,9%	8,1%	-0,7
2011	94,7%	5,3%	2,8%

No ano de 2012, o percentual de alunos que escrevem alfabeticamente e leem com autonomia, aos 08 anos, foi de 95,3%. Em 2013, a prova será realizada em 26 de novembro e aguardam-se mais avanços, justamente, porque esses alunos tiveram a presença dos alunos pesquisadores, no trabalho compartilhado com os professores regentes das salas de aula. As expectativas são de um aumento significativo dos índices, beirando os 100% de alunos lendo e escrevendo alfabeticamente.

Marco conceitual do Projeto Bolsa Alfabetização

O Programa Bolsa Alfabetização foi planejado num formato que possibilita levar às instituições formadoras, problemas relacionados à didática da alfabetização. Para isso, os alunos batizados como alunos pesquisadores desenvolvem uma pesquisa didática de caráter formativo. Com isso, se pretende assentar as bases para um desenvolvimento profissional permanente dos docentes. O objetivo não é formar apenas pesquisadores teóricos, e sim, bons professores.

O marco conceitual desse programa compreende a Língua Portuguesa como conhecimento que se organiza, se reproduz e se recria, nas diferentes práticas sociais de leitura e de escrita. Parte-se de uma concepção de aprendizagem construtivista, que

considera o aluno sujeito de sua própria aprendizagem, pois ele aprende nas mais diferentes situações, às quais é chamado a resolver problemas significativos, que demandem dele a elaboração de ideias e hipóteses próprias, como etapas rumo à compreensão da escrita alfabética.

As concepções de ensino e de aprendizagem também embasam as estratégias de trabalho, na formação inicial dos alunos. Entende-se que, neste programa, o aluno pesquisador também é sujeito da aprendizagem profissional, e que isso se faz no enfrentamento de situações homólogas àquelas vivenciadas pelo professor titular. O aluno pesquisador é entendido como sujeito histórico, que carrega sua própria visão de mundo, mediado, em maior ou menor grau, pela cultura escolar. É também sujeito da própria aprendizagem e constrói conhecimentos sobre o que é ser professor, o que e como se ensina, nos diferentes contextos e nas interações de que participa, não só nas escolas em que atua, mas, principalmente, na comunidade acadêmica.

As singularidades do sujeito pesquisador e as necessidades práticas definem o escopo teórico-prático do Programa, tomando para si os princípios da metodologia qualitativa participativa, como a mais adequada aos propósitos de apoiar as salas de aula do ciclo I (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental – alunos de 06 a 10 anos) e seus professores, denominados regentes da sala de aula.

A pesquisa didática permite aos alunos pesquisadores conhecer como as práticas pedagógicas podem ser mediadas por conhecimentos sobre a didática da língua, em funcionamento em contextos reais de sala de aula. A investigação didática de cunho formativo permite aos alunos pesquisadores conhecerem como as práticas pedagógicas podem ser mediadas por conhecimentos didáticos da língua, em contextos reais de sala de aula e, não apenas, em situações escolarizadas.

O papel da pesquisa didática no marco da formação

Segundo Lerner,

o papel da investigação, no marco da formação, é proporcionar aos estudantes da formação inicial a possibilidades de:

- desnaturalizar conteúdos e práticas escolares;

- conhecer resultados de investigações relevantes, que lhes permitam elaborar conhecimentos didáticos sólidos, que possam utilizar como ferramentas de análise de qualquer aula
 - ter acesso a **modos de produção de conhecimento** didático e educativo em geral, de tal modo que:
 - possam entender as produções dos outros;
 - compreendam profundamente o sentido de “produzir o conhecimento”, em um modelo didático, em que alunos também tenham direito a produzi-lo.
- posicionar-se como estudantes permanentes, porque sabem que o conhecimento é provisório, que os saberes didáticos e educativos, em geral, estão em constante reelaboração.

A investigação didática como modelo de referência

O aluno pesquisador desenvolve, sob orientação do professor da IES onde estuda, e em parceria com o professor regente, a investigação didática, que tem por objetivo observar situações de leitura e escrita, que emergem do dia a dia da sala em que atua durante o ano. Para isso, é preciso ter claro quais os aspectos na formação do aluno pesquisador devem ser considerados imprescindíveis, para conduzi-los a um estudo analítico e crítico do observar, registrar e analisar, dentre um conjunto de temas que são estudados previamente e que contemplam o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita. Dos temas propostos pelo documento orientador da parceria entre IES e SEE/SP, o aluno, juntamente com o seu professor orientador, escolhe um, dentre os cinco indicados. São eles: **leitura feita pelo professor; produção oral com destino escrito; cópia e ditado (ressignificação da cópia); leitura feita pelo aluno e escrita feita pelo aluno.**

Primeiramente, é realizada a análise preliminar do tema escolhido. Isso feito, a investigação didática percorrerá as seguintes fases:

- organização de planejamento de um projeto de ensino;
- realização do trabalho de campo;

- análise dos dados.

A análise preliminar consiste na escolha do conteúdo, na concepção dos alunos e do contexto didático em que se vai realizar a indagação. É importante que os alunos pesquisadores, juntamente com seus professores orientadores, conheçam profundamente as situações didáticas, em que se centra a “pesquisa”: objetivos; formas em que se desenvolvem as hipóteses e conhecimentos dos alunos; interações que podem acontecer entre si; desenvolvimento de cada situação e intervenções do docente, que podem favorecer a aprendizagem durante o período em que a atividade acontece.

As vias essenciais de elaboração de conhecimentos dessas questões são: ler e discutir materiais bibliográficos e analisar registros de classe produzidos no marco da investigação didática. Para se analisar um registro, é importante que se conheça estreitamente cada tipo de situação didática e o que ocorreu, especificamente, em cada classe. O eixo da análise de um registro está essencialmente vinculado ao objeto de estudo da Didática da Leitura e da Escrita, e ao conjunto de interações entre professor e alunos e alunos e conteúdo.

Quais aspectos a considerar na análise didática de um registro? Levando-se em consideração estes, considerados essenciais:

- os conteúdos aspirados ao ensinar em meio a essa situação;
- a relação entre a atividade específica que se está analisando e os objetivos correspondentes da situação didática:
- às intervenções do docente;
- às perguntas e às respostas das crianças, às interações entre si, acerca dos conteúdos que estão em jogo.

Boas perguntas devem ser feitas aos alunos, quando se analisa os registros de classe, como:

- Por que e para que o docente intervém? Como intervém?
- Que efeitos parecem produzir suas intervenções em sala de aula?
- O que pensam e o que estão aprendendo acerca do conteúdo dos diferentes alunos que participam? Importante lembrar do ritmo diferente de aprendizagem de cada aluno e que nem todos aprendem igualmente e ao mesmo;

- Em que medida acontece a interação dos alunos com a intervenção do professor? Isso os tem ajudado a avançar na aprendizagem?

Na análise de registros dessas situações, é possível construir ferramentas teóricas para pensar a prática e analisar as situações que se observam na escola. Com isso, os alunos pesquisadores têm a oportunidade de planejar questões acerca do tema estudado. O que registrar? Como registrar? Para que registrar?

Observação e registro tornam-se estratégias metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa didática e a análise reflexiva do que é registrado, com foco em questões levantadas e respostas encontradas. A teoria, em virtude dos problemas colocados, advém daí. O aluno pesquisador deve construir boas intervenções didáticas, em conjunto com o professor regente, favorecendo o avanço dos alunos do 2º ano e classes de recuperação de ciclos (RI), em diferentes práticas de leitura e escrita. Ele é um colaborador do professor da sala de aula, na tarefa de ensinar a ler e escrever convencionalmente, todos os alunos do 2º ano.

Para a elaboração de um trabalho de pesquisa didática e para que o aluno aprendiz torne-se um bom professor, ele deve cumprir com interesse e disponibilidade, a carga horária de 20h semanais, sendo 4hs diárias, incluindo 2hs em ATPC (Aula de Tempo Pedagógico Coletivo), compatíveis com seu horário escolar, de 2ª a 6ª feira, em classe de 2º ano do ciclo I/EF, ou em classe do mesmo ciclo, voltada à recuperação da aprendizagem (RI), desenvolvendo atividades junto ao professor regente, conforme disposto no Art. 5º da Resolução nº 74, de 24-11-2011;

Atualmente são 46 IES (Instituições de Ensino Superior) conveniadas e 2.462 alunos pesquisadores em atividade. Outro resultado disso são os bons trabalhos de pesquisa didática publicada e apresentados em congressos e seminários. Somem-se a isso as pesquisas de mestrado e doutorado dos professores orientadores das IES parceiras, que vêm surgindo com grande teor de qualidade e, também, sendo reconhecida nos meios acadêmicos aqui no Brasil.

Para Lerner (2010):

“a ação conjunta de professores permite dar voz a todas as crianças, ouvir diferentes abordagens e ajudá-las a avançar. A análise colaborativa e a discussão entre os colegas permitem tomar consciência da diversidade e

conceituar as condições didáticas para a aprendizagem de todos. Questionar os conteúdos, desnaturalizá-los e reconceituá-los; examinar as práticas didáticas e produzir mudanças no ensino; analisar nossa prática à luz de uma perspectiva teórica que reconstruímos estudando e conversando com os autores de uma atividade revista e corrigida em conjunto; recuperar o sentido de nossa profissão. O trabalho cooperativo é um apoio quando assumimos que é preciso ousar para dizer não à burocratização da mente a que nos expomos diariamente” – p. 15.

O diálogo com os inspiradores teóricos

O formato do Programa Bolsa Alfabetização foi construído coletivamente, num diálogo entre a equipe central da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e os professores orientadores das Instituições de Ensino Superior parceiras do programa. Algumas estão na parceria há sete anos, tempo de existência dele.

Os primeiros a realizar pesquisas didáticas foram os franceses, que buscavam uma forma mais adequada de ensinar Matemática. O grupo liderado por Guy Brousseau fez as primeiras explorações nos anos 1970. Atualmente, os principais centros de produção de conhecimento didático estão na França, na Suíça e no Canadá. Na Didática da Língua, há investigação didática desde os anos 1980. No caso da Alfabetização inicial, a investigação didática é basicamente latino-americana.

Centrar-se no conhecimento didático supõe, necessariamente, incluir a aula no processo de formação, pôr em primeiro plano o que ocorre realmente na classe, estudar o funcionamento do ensino e da aprendizagem escolar.

Qual é o papel da investigação didática na formação do docente?

Não se pode aceitar que a formação de docentes se sustente no hiato entre a teoria e a prática. O problema central da formação é a relação entre saberes teórico e saberes prático. O desafio da formação inicial é centrar as bases para o desenvolvimento profissional constante nos docentes.

Os estudos continuam e outros, também inspiradores, dialogam com a concepção do programa, dentre eles, pode-se citar Maurice Tardif, Rui Canário, além da já citada Delia Lerner. Com eles, podemos refletir sobre a escola como centro de formação, como afirma Canário (1998): “[...] *do exercício do trabalho como polo*

decisivo do processo de produção da profissionalidade [...]” - (p. 9), da formação do professor em contexto, centrada na escola. “Entende-se que é no olhar para a formação contextualizada, ‘centrada na escola’, que seria possível “ [...] assegurar a diversidade, a contextualização e a pertinência dos processos de ofertas formativas” – p.13.

Com Tardif, é possível compreender o processo de formação como o “desenvolvimento” de uma forma humana de vida, que tem em si mesma a sua própria finalidade.

Segundo TARDIF (2010):

“a ação do educador à atividade do artesão, isto é, alguém que: 1) tem uma ideia na cabeça, uma representação geral do objetivo que quer atingir; 2) é dotado de um conhecimento concreto do material com o qual trabalha; 3) age baseando-se no costume e em receitas experimentadas, próprias da sua arte; 4) usa também a sua habilidade, de maneiras de proceder aprovadas pelo tempo e por sucessos repetidos” (p. 357) .

Tardif (2010) diz: *“o docente artesão e distingue a arte do escultor da arte do educador, sendo esse último o que age com e sobre um ser que possui, por natureza, um princípio de crescimento e de desenvolvimento que a atividade educativa deve seguir e favorecer” – p. (356-357).*

Essa relação pode ser estabelecida entre as ideias de Tardif e a formação do aluno pesquisador do Programa, que também é docente artesão, e que, segundo Tardif (2010): *“possui um conhecimento adquirido concreto do “material” com o qual trabalha, no caso as crianças. Esse conhecimento não é abstrato, rigoroso, aprendido na escola, na universidade. Ele é, antes, proveniente da prática do ofício e validado por esta. Como dizem os docentes de profissão, aprende-se a ensinar ensinando” – (p. 358).*

Lerner afirma que o trabalho compartilhado entre os docentes favorece o aprendizado dos alunos.

Apesar de sua indubitável complexidade, o ensino, em geral, é concebido como uma atividade solitária. Intensificar o trabalho compartilhado entre os colegas, dentro e fora da sala de aula, parece ser condição essencial para que todas as crianças possam se apropriar dos conhecimentos e das práticas, que a escola tem a responsabilidade de

comunicar. Esse é o propósito básico do Programa que, aliás, vive a fase de concretização de seus objetivos.

A fala do mestre traduz a essência do Programa Bolsa Alfabetização:

FREIRE (1996) [...] *ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar. É a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência. As duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende a ensinar, e quem aprende ensina ao aprender*” p.12.

Referencias Bibliográficas

Canário, R. 1998. A escolar: o lugar onde os professores aprendem. *Psicologia da Educação – Revista do programa de estudos pós-graduados PUC/SP*, 6, 9-27.

Cardoso, Beatriz, et.al. 2007. *Ensinar: tarefas para profissionais*. Rio de Janeiro, Record.

Castorina, José, et.al. 2010. *O ensino e a aprendizagem escolar: argumentos contra uma falsa oposição*. São Paulo- SP. Ática.

Freire, P.1996. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo. Cortez.

Lerner, 2002. *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*. Porto Alegre, . Artmed.

SÃO PAULO, 2012.. *Secretária de Estado da Educação. Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização*. Regulamento.

SÃO PAULO, 2007. *Decreto N. 51.627, de 1º de março. Institui o Programa Bolsa Formação Escola Pública e Universidade*. SP.

SÃO PAULO, 2010. *Guias de Planejamento e Orientações Didáticas – Professor Alfabetizador*. 2º ano, vol 1.

Tardif, M & Grauthier, C. 2010. *A pedagogia: Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias*. Petrópolis, RJ. Vozes.

